

SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS E TENDÊNCIAS TEÓRICAS

contribuições ao debate
latino-americano



Coordenadora do Conselho Editorial de Serviço Social

Maria Liduína de Oliveira e Silva

Conselho Editorial de Serviço Social

Ademir Alves da Silva

Elaine Rossetti Behring

Ivete Simionatto

Maria Lucia Silva Barroco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Serviço social, fundamentos e tendências teóricas : contribuições ao debate latino-americano / José Fernando Siqueira da Silva (org.).
— São Paulo : Cortez, 2022.

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5555-244-7

1. Assistentes sociais - América Latina 2. Assistentes sociais - Trabalho profissional 3. Serviço social - América Latina I. Silva, José Fernando Siqueira da.

22-110682

CDD-361.098

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social : América Latina 361.098

Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

José Fernando Siqueira da Silva

[Org.]

SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS E TENDÊNCIAS TEÓRICAS

contribuições ao debate
latino-americano

São Paulo – SP

2022



SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS E TENDÊNCIAS TEÓRICAS: contribuições ao debate latino-americano

José Fernando Siqueira da Silva (Org.)

Capa: deSign Arte Visual

Preparação de originais: Márcia Leme e Agnaldo Alves

Revisão: Ana Paula Ribeiro

Editora-assistente: Priscila F. Augusto

Assessoria editorial: Maria Liduína de Oliveira e Silva

Diagramação: Linea Editora

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Direção editorial: Miriam Cortez

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do organizador e do editor.

© 2022 by Organizador

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

R. Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: +55 11 3864 0111

cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – outubro de 2022

Oferecemos
à histórica resistência antifascista.

Sumário

Apresentação	9
<i>José Fernando Siqueira da Silva</i>	
Prefácio	21
<i>Maria Carmelita Yazbek</i>	
América latina, dependência e desigualdade em tempos de pandemia.....	27
<i>José Pablo Bentura, Freddy Giovanni Esquivel Corella e Maria Carmelita Yazbek</i>	
Serviço Social e tendências teóricas: o sentido da crítica.....	57
<i>José Fernando Siqueira da Silva</i>	
Tendências teóricas no debate contemporâneo do Serviço Social argentino	102
<i>Laura Massa, José Fernando Siqueira da Silva, Sergio Gianna, Camila Caroline de O. Ferreira, Aila Fernanda dos Santos e Beatriz Paes</i>	
Serviço Social no Chile: marcos sócio-históricos, contemporaneidade e as principais influências teóricas em curso	163
<i>Mariléia Goin, Paula Vidal, Nathaly Díaz e Alfredo Vielma</i>	

Tendências teóricas do Serviço Social/Trabalho Social em Cuba: uma avaliação desde a contemporaneidade.....	200
<i>Teresa del Pilar Muñoz Gutiérrez, Mirtha Yordi García, Enrique Gómez Cabezas e Gabriela Abrahão Masson</i>	
Serviço Social na Costa Rica: tendências teóricas da formação e desafios atuais	237
<i>Raquel Santos Sant'Ana, Debora de Oliveira Carvalho e Yessenia Fallas Jimenez</i>	
Fortalecer os fundamentos: principal desafio da formação profissional do Serviço Social no Paraguai	282
<i>María del Carmen García Aguero, Ada Concepción Vera Rojas, Stella Mary García e José Fernando Siqueira da Silva</i>	
A crise do capital e o fechamento do ciclo progressista do governo da Frente Ampla no Uruguai: desafios para as políticas sociais e para o Serviço Social	316
<i>Alan de Loiola Alves, Alex Fabiano de Toledo, Douglas Alves dos Santos, Shirleny Pereira de Souza Oliveira e José Pablo Bentura</i>	
O Serviço Social no Uruguai: formação profissional e tendências teóricas.....	341
<i>Gracielle Feitosa de Loiola, Maria Conceição Borges Dantas, Nathália Lopes Caldeira Brant, José Pablo Bentura e José Fernando Siqueira da Silva</i>	
Sobre os(as) autores(as).....	375

Apresentação

“Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência”

(Marx, 2013, p. 77)¹

A obra que vem a público é produto de estudos e de pesquisas coletivamente realizados por pesquisadores(as) latino-americanos(as). Oferece uma contribuição ao debate do Serviço Social, seus fundamentos e as tendências teóricas hoje em curso na América Latina². Não se trata, portanto, de um compilado de capítulos escritos isoladamente, por especialistas convidados(as), mas de um esforço coletivo intensificado entre os anos de 2018 e 2021 com apoio da Fapesp e do CNPq³.

1. MARX, Karl. Prefácio da primeira edição. *O Capital: crítica da economia política*. Livro: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

2. O termo “tendências teóricas” é aqui entendido como tratado no segundo capítulo desse livro: *“As tendências são estruturalmente políticas, contaminadas pela vida real objetivamente posta (mesmo que não afirmem formalmente isso), tecidas — com o auxílio do pensamento — no processo de produção e reprodução material do ser social sob dadas condições históricas (contaminadas pela economia política)*. Sendo assim, elas fazem parte dos fundamentos do Serviço Social como profissão, expressam culturas profissionais diversas, intencionalidades políticas (não obrigatoriamente partidárias), impactam a visão de homem-mundo no processo de formação profissional desejado e no trabalho profissional realizado (...)”. (Fragmento de texto exposto, mais adiante, no capítulo 2, por SILVA).

3. Processos 2017/14497-5 (auxílio à pesquisa — Fapesp) e 302472/2017-7 (bolsa produtividade do coordenador desta obra).

A pesquisa, originalmente denominada *Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais*, concretizou-se em seis países latino-americanos: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Costa Rica e Cuba, com apoio de docentes-pesquisadores(as) destas localidades. Envolveu, ainda, uma heterogênea equipe brasileira de estudiosos(as) formada por professores(as) e discentes situados(as) em diferentes momentos de formação (da pós-graduação à graduação), atuantes em três grandes centros de formação em Serviço Social do Estado de São Paulo: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual Paulista (Unesp). Contou, ainda, com a participação orgânica de duas pesquisadoras e discentes de universidades situadas em dois outros estados brasileiros (Universidade Federal do Triângulo Mineiro — UFTM — e Universidade de Brasília — UnB —), bem como com o envolvimento de pesquisadores(as) associados(as) internacionais vinculados(as) a suas respectivas unidades de ensino nos seus países de origem: Universidad Nacional de Luján (UNLU — Argentina), Universidad de Chile (UC — Chile), Universidad de La República, (UDELAR — Uruguai), Universidad Nacional de Asunción (UNA — Paraguai), Universidad de Costa Rica (UCR — Costa Rica) e Universidad de La Habana (UH — Cuba)⁴.

A pesquisa desenvolveu-se por meio de alguns procedimentos que devem ser aqui ressaltados:

- a) o estudo de uma parte representativa das obras mestras publicadas no passado recente (últimos 25 anos) e relevantes para o Serviço Social nos países pesquisados;
- b) visitas de estudo-pesquisa aos países, por meio de equipes de trabalho, com a participação direta e ativa do(a) pesquisador(a) associado(a) de cada nação;
- c) realização de encontros de estudo por equipe-país e de reuniões de até três dias, semestralmente, com os(as) pesquisadores(as)

4. O Chile também teve a participação orgânica de dois discentes da Universidad de Chile.

- brasileiros(as) do projeto, com o objetivo de debater os dados obtidos e sistematizar o trabalho em equipe⁵;
- d) organização de um simpósio final em que os resultados parciais do estudo foram apresentados à comunidade e debatidos com ela. Esse momento se deu no mês de novembro de 2019, nas instalações da PUC-SP, evento esse denominado *Perspectivas teóricas do Serviço Social na América Latina: tendências atuais*, simpósio que também contou com a participação de parte dos(as) pesquisadores(as) internacionais;
- e) continuidade dos estudos em 2020/2021, em pleno período pandêmico, após a aprovação do relatório final da pesquisa pela Fapesp, com o objetivo de refinar a análise e preparar a produção final na forma de um livro.

Estamos diante, portanto, de um longo estudo em que “deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação” (MARX, 2013, p. 90)⁶. A proposta possui uma direção muito precisa: *contribuir com o debate sobre as tendências teóricas em curso no âmbito do Serviço Social na América Latina reconstruindo mentalmente, como certo “concreto pensado”* (MARX, 1989, p. 410)⁷, *o objeto posto na história e sob dadas condições históricas*. Não cabe, aqui, qualquer dúvida sobre o ponto de partida do conhecimento: *a realidade que possui dinâmica e lógica que lhe pertence (como “lógica da coisa” —* MARX, 2005, p. 39)⁸, portanto com explícita inspiração ontológica vinculada à produção e reprodução da vida de seres sociais.

5. Nestes encontros de estudo não foi objetivamente possível contar com a participação presencial dos(as) pesquisadores(as) de fora do Brasil. Viabilizou-se, todavia, em determinados momentos, a participação virtual.

6. MARX, Karl. Posfácio da segunda edição. *O Capital: crítica da economia política*. Livro: O processo de produção do capital (tradução de Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

7. MARX, Karl. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Marx e Engels — História*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. (Textos originais de Marx e Engels)

8. MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Posto isso, algumas observações são necessárias. Caberia indagar, em primeiro lugar: quais os critérios que determinaram a escolha destes seis países e a ausência do Brasil como fonte de pesquisa, pelo menos imediatamente? Algumas informações objetivas respondem a essa indagação. São conhecidas as inúmeras dificuldades para a obtenção de financiamento também para estudos do gênero, fato que indiscutivelmente limita o alcance de qualquer pesquisa. O momento atual, de amplo avanço do conservadorismo-reacionário e de ofensiva do capital sobre o trabalho, agravou essa dura realidade que já estava em curso. A explícita ênfase internacional segue o atual momento que tem ressaltado academicamente tal importância, voltando-se ao contexto latino-americano: quatro países sul-americanos (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai — os três primeiros com um importante acúmulo na área de Serviço Social), um centro-americano (Costa Rica — igualmente importante para a profissão) e outro caribenho (Cuba). Esta delimitação seguiu alguns critérios objetivos: a) estabeleceu uma amostragem que pudesse representar diferentes regiões da América Latina (América do Sul, América Central e Caribe); b) envolveu países heterogêneos, inclusive em relação ao desenvolvimento do Serviço Social como profissão; c) sustentou-se em limites objetivos relacionados a obstáculos operacionais que exigiram contatos previamente existentes nestas localidades capazes de auxiliarem e viabilizarem o estudo no país a partir de condições reais para realizá-lo⁹.

O Serviço Social brasileiro, embora ausente como fonte de pesquisa direta, se fez presente na maioria dos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) e no conteúdo do estudo que, a todo momento, dialoga com o legado construído pela profissão no Brasil. Uma análise séria sobre as tendências teóricas em curso no atual Serviço Social brasileiro, uma empreitada importante e urgente, exigiria uma pesquisa

9. Foi científica e financeiramente impossível delimitar mais do que seis países nesta pesquisa. Destaque deve ser dado aqui, por exemplo, ao Serviço Social na Colômbia, ausente neste estudo pelos limites objetivos indicados.

nacional essencialmente dedicada a esse país-continente, no atual momento histórico, ainda que como parte inseparável da América Latina. Importante ressaltar, todavia, que os dois primeiros capítulos do livro — “América Latina, dependência e desigualdade em tempos de pandemia” e “Serviço Social e tendências teóricas: o sentido da crítica” — debatem diretamente com autores(as) brasileiros(as) e com a realidade deste país.

Ademais valeria indagar: o Brasil e o Serviço Social brasileiro conhecem suficientemente a América Latina? Estudos têm adensado esse debate¹⁰, mas no geral o desconhecimento não é o detalhe, senão a regra. Junta-se a isso outro aspecto a ser ressaltado: o debate sobre as tendências teóricas que têm informado o Serviço Social no Brasil nos últimos 25 anos já foi iniciado e sumariado por José Paulo Netto (1996)¹¹ e Iamamoto (2007)¹², referências estas insuprimíveis para a necessária retomada deste estudo no Brasil atual. Em relação aos demais países latino-americanos, o debate sobre as tendências teóricas em curso é inédito (praticamente inexistente, embora latente), considerando o perfil analítico sugerido neste livro e a utilidade dessa análise para o Serviço Social brasileiro que necessita situar-se no contexto internacional e latino-americano atual. Como fazer isso sem conhecer as teses apresentadas por um conjunto de autores(as) das mais variadas tendências teóricas espalhados(as) por toda América Latina? O pioneirismo (em determinados aspectos), a relevância e a densidade do Serviço Social brasileiro — algo indiscutível —, não lhe isenta de

10. Excelentes exemplos recentes estão documentados nos seguintes estudos: a) IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos. *A História pelo avesso* — a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021; b) YAZBEK, Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.

11. NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

12. IAMAMOTO, Marilda. A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

estudos cuidadosos sobre outras realidades que possuem importantes peculiaridades. Exige exatamente a continuidade de pesquisas que caminhem contra toda e qualquer forma de endogenia (teórica e geográfica), ainda que deva combater firmemente atalhos ecléticos.

Vale perguntar ainda: como explicar a presença de países como Paraguai e Cuba nesse universo, nações cujo desenvolvimento do Serviço Social possui tradição intelectual e profissional não tão intensa se comparada com outros países latino-americanos? Isso se justifica pelo “simples fato” de que o primeiro tem vivido transformações relevantes no âmbito do Serviço Social e avançado profissionalmente (inclusive como esforços para se configurar como área de conhecimento), além de ser um país sul-americano muito pouco conhecido, cuja história foi apagada com sangue desde a covarde e genocida Guerra da Tríplice Aliança. Cuba, por sua vez, igualmente tem passado por mudanças no âmbito do Serviço Social (ainda que marcadas por idas e vindas), além de constituir exemplo de resistência latino-americana ao imperialismo há mais de 50 anos, influenciando toda a região e servindo, inclusive, como uma das fontes inspiradoras do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Simples-complexo: como anda a profissão nesses países? Ademais, esta opção metodológica para a delimitação das fontes assegura a possibilidade de uma análise sobre a diversidade da profissão nesta parte do Continente Americano, transitando por países que viveram surtos de intensa industrialização/desindustrialização (Argentina, Uruguai, Chile)¹³, bem como considerando localidades que nunca experimentaram um processo de industrialização de fato (Costa Rica e Paraguai, por exemplo). Nesse contexto, Costa Rica possui ampla experiência no âmbito do Serviço Social; Cuba, por sua vez, é um exemplo muito peculiar: ousou desencadear e viabilizar certa experiência pós-capitalista que tem transitado por caminhos muito diversos a partir do

13. Em que a Argentina é um exemplo (além do Brasil e do México que não serviram como base empírica direta para essa pesquisa).

triunfo da Revolução liderada por Fidel Castro Ruz em 1959, fato que impactou a profissão a partir de outras mediações.

Um segundo aspecto deve ser destacado como um traço essencial desse estudo: ele tem como ponto de partida a própria realidade e produz conhecimentos comprometidos com a formação de pesquisadores(as) em todos os níveis de formação, ou seja, com a consolidação de quadros que permitam que a profissão continue estimulando uma tradição intelectual estruturalmente atrelada à crítica, como crítica-crítica, permanentemente incomodada e em movimento, insatisfeita, anticapitalista progressista, fiel perseguidora do real e de seu movimento, radicalmente orientada pelo ponto de vista ontológico (Lukács, 2010)¹⁴. Trata-se, por isso, de um grupo de pesquisadores(as) orientado pela crítica, assumidamente heterogêneo, composto por um amplo espectro teórico e ideopolítico explicitamente progressista, com níveis diversos de crítica anticapitalista, que transitam da democracia radical à defesa explícita de uma sociedade que forceja para além do capital, como sociedade humanamente emancipada. Nisto, a defesa de estratégias e táticas diversas, com visões e apreensões igualmente diferentes sobre o Serviço Social como profissão, mas orientados(as) por um progressismo anticapitalista que o marca e que não renuncia ao pluralismo não eclético (portanto, produtor de direção social hegemônica).

Ora, sob essa perspectiva, não existe espaço para uma produção que desconsidere o trabalho coletivo, sério, cuidadoso, sincero, empreendido e organizado por um grupo não homogêneo de pesquisadores(as) que assume e debate essa diversidade. O produto não poderia, portanto, sintetizar-se em textos organizados isoladamente, no “estrito respeito às diferenças”. Os capítulos apresentados a seguir são compostos por autores(as) orgânicos(as) ao estudo, que participaram ativamente dele, debateram seus conteúdos, concordaram e discordaram, balizaram o debate conjunto dos textos e que, no final,

14. LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

após a entrega e a aprovação do relatório da pesquisa pela Fapesp, se dispuseram a participar da construção deste livro independentemente do nível de formação de cada integrante, suas diferenças teóricas e políticas ancoradas na tradição mais progressista¹⁵. O(a) leitor(a) verificará que o número de articulistas por capítulo varia conforme o país envolvido e o estudo realizado, já que reflete realmente o perfil das equipes que se organizaram por países. Pelo mesmo motivo, por exemplo, o grupo que realizou e organizou os estudos sobre o Uruguai permaneceu, ao final, com dois textos registrados nos dois últimos capítulos deste livro — cada um deles com um número um pouco mais reduzido de páginas —, já que foi necessário organizar a exposição do conteúdo contando com uma variada e ampla equipe de trabalho (o que não fragmentou a análise). Sendo assim, seria científica e profissionalmente desonesto — além de absolutamente incoerente com a essência desse estudo — reduzir o número de articulistas por capítulo apenas para satisfazer a voracidade produtivista em voga e uma forma de exposição adequada aos “padrões de excelência” da ciência situada na estreita fronteira da razão miserável.

Em terceiro lugar, os textos que se seguem convidam o(a) leitor(a) à análise cuidadosa e à crítica impenitente. Composto por dois capítulos iniciais que tratam da realidade latino-americana e estimulam o debate sobre as tendências teóricas em curso no Serviço Social na América Latina, os textos seguintes adensam a análise ao realizarem um estudo atual sobre as tendências teóricas da profissão nos países indicados: Argentina, Chile, Cuba, Costa Rica, Paraguai e Uruguai (respectivamente). Abordam a profissão na história, particularmente

15. Importante ressaltar o amadurecimento deste grupo de pesquisadores(as), fruto, evidentemente, de um conjunto de fatores. Isso se objetivou no crescimento teórico deste coletivo, inclusive, em muitos casos, na conclusão de fases formativas dos(as) participantes e início de outras: finalização da graduação e ingresso/conclusão do mestrado, do doutorado, de instâncias pós-doutorais e importantes alterações no espaço de trabalho com o início, por exemplo, da vida profissional como docente.

latino-americana, que capta processos específicos que marcaram as realidades destes países e deixaram um legado para a atualidade.

Os capítulos sobre os quatro países sul-americanos se debruçam sobre um contexto regional heterogêneo, uno e múltiplo, fortemente marcado pelo legado deixado pelo processo de reconceituação — praticamente ausente no Paraguai, mas intenso nos outros países —, bem como pelas duras consequências das ditaduras cívico-empresariais-militares na região a partir da segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970, balizadas por lutas travadas entre o modelo imperialista liderado pelos Estados Unidos, os projetos desenvolvimentistas e a alternativas de ruptura. Vale destacar, aqui, a riqueza e a heterogeneidade deste processo: Perón (Argentina), Batlle e o batllismo (no Uruguai) e a trajetória chilena que culminou com Allende e a “via chilena ao socialismo”. Impossível não considerar as sangrentas ditaduras financiadas pelo imperialismo norte-americano por toda região, em especial nas nações aqui destacadas: Videla (Argentina), Pinochet (Chile), a junta militar oficialmente representada por presidentes civis (Uruguai) e Stroessner (Paraguai).

Por sua vez, inserida em um contexto tipicamente centro-americano, Costa Rica é marcada pela proximidade geográfica com os EUA, pela ausência de industrialização e por ser um importante polo regional irradiador do Serviço Social. O texto cubano, por fim, trata de um representante caribenho muito particular, adensando a análise sobre uma realidade sustentada no triunfo da revolução popular e de inspiração socialista iniciada em 1959 (única em território americano), fato que impactou Cuba e o Serviço Social/Trabalho Social aí praticado, bem como influenciou toda a América Latina e a política dos EUA por toda esta região.

Os capítulos reproduzem análises inacabadas, inevitavelmente limitadas pela historicidade em curso, mas absolutamente comprometidas com a reprodução mental e crítica — não exata — do materialmente posto, seu movimento. Mais do que isso, cada um dos capítulos analisa o objeto de estudo proposto neste livro considerando o momento atual, as particularidades do Serviço Social na história

latino-americana e em cada um dos países, os alcances possíveis do estudo em cada nação. São, por isso, textos necessariamente diversos que expressam densidades igualmente heterogêneas, sem que com isso percam de vista o eixo da análise proposto nesta obra. Revelam, ao mesmo tempo, diferenças e semelhanças, dissensos e consensos, graus de complexidade de maior ou menor intensidade, estudos marcados pela vida real de seres sociais reais. O(a) leitor(a) tem em mãos, portanto, uma contribuição coletiva ao debate do Serviço Social na América Latina e de suas tendências teóricas, produto esse que não pretende, absolutamente, colonizar outras nações, dizer o que devem fazer (o que seria, no mínimo, deselegante), mas debater a nossa diversidade posicionando-se sobre ela para além da “convivência harmônica dos diferentes”.

Destarte, é importante novamente destacar a grande diversidade e complexidade que marca a realidade dos países estudados, seja em relação à história de cada um deles, seja em relação ao Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo (Iamamoto; Carvalho, 1985)¹⁶, na era monopólica da acumulação capitalista (Netto, 1992)¹⁷, nas condições atuais de ofensiva do capital sobre o trabalho e sobre a diversa classe trabalhadora expropriada e precarizada (Antunes, 2018)¹⁸. Esta classe se diversifica por sua heterogênea inserção na atual divisão do trabalho e pelo grau de exploração a que é submetida na América Latina (e esse é um aspecto importante), mas também por sua condição de gênero, raça e etnia que particulariza o perfil dessa classe, potencia sua expropriação e demarca formas específicas de opressão. Destacar esta heterogeneidade possui o exato sentido de afirmar que a América Latina é uma unidade-diversa, ou seja, possui traços universais

16. IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais de Serviço Social no Brasil* — Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

17. NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

18. ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

comuns atrelados a um lugar historicamente atribuído a ela pela divisão internacional do trabalho e pela economia política burguesa: *países submetidos pelo imperialismo, reprodutores do capitalismo dependente cuja revolução burguesa realizou-se pela via colonial e empreendeu um desenvolvimento desigual e combinado*¹⁹; isto é, possui particularidades que necessitam ser reconstruídas considerando múltiplas mediações. Seguramente, a análise sobre as tendências teóricas hoje em curso no debate do Serviço Social nessas nações apresenta aspectos muito particulares tecidos a partir daqueles elementos que foram transmitidos por gerações nessas localidades e reorganizadas na atualidade em um cenário intenso de luta de classes²⁰.

Sem esse cuidadoso procedimento, a totalidade social — sua complexidade formada por ricas determinações, suas particularidades nesta parte do continente americano —, se perde em generalizações abstratas ou em fragmentações que aparentemente falam por si, isoladamente, ambas incapazes de explicarem a realidade existente, sua dinâmica. O Serviço Social como profissão não pode ser explicado sem esse complexo contexto historicamente construído e reconstruído,

19. FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. CHASIN, José. *A via colonial de entificação do capitalismo. A miséria brasileira — 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

20. É preciso destacar, aqui, um aspecto vinculado à tradução de vários textos originalmente concebidos em castelhano. Em português — em particular no caso brasileiro —, a profissão possui uma denominação única: Serviço Social. A palavra trabalho social em português apresenta um sentido que não se limita à profissão. Essa realidade, todavia, não se reproduz em vários países latino-americanos cujo termo utilizado, sobretudo por influência do Movimento de Reconceitualização, é Trabalho Social (ou ambos: “Trabajo Social” e “Servicio Social”, em alguns casos). No caso cubano, a situação é mais complicada: se articula a qualquer tipo de trabalho social (profissão ou não), de perfil essencialmente militante, realizado no amplo campo do social. Sendo assim, optou-se por manter a palavra Serviço Social ao longo dos textos (exceto no de Cuba), ressaltando, nesta apresentação, que a palavra “Trabajo Social”, nos países de língua castelhana, não representa apenas uma expressão formal (no seu sentido etimológico), mas a rejeição e a crítica direcionada — no final dos anos 1960 e primeira metade dos anos 1970 — ao Serviço Social mais conservador até então praticado nesses países.

produzido/reproduzido, assumam isso ou não aqueles(as) que se propõem a estudá-lo. “Decifra-me, ou devoro-te”, diria a esfinge de Tebas. Ótima leitura seguindo os passos de “Zamba de Balderrama”²¹.

JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA

Desde as bandas sul-americanas, fevereiro de 2022.

21. Zamba de Balderrama” – Letra de Manuel J. Castilla; música de Gustavo “Cuchi” Leguizamón. Canção disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=bXt4yEpgdzo>

Prefácio

Este livro, mais uma contribuição da fecunda trajetória intelectual de José Fernando Siqueira no âmbito do Serviço Social brasileiro, vem ao público como um dos resultados do projeto de pesquisa originalmente denominado “Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais”, financiado pela Fapesp e tendo como objeto uma desafiante temática acerca das tendências teóricas e políticas presentes no Serviço Social latino-americano. Cabe destacar que a pesquisa se desenvolveu em seis países da América Latina: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Costa Rica e Cuba, contando com a participação de docentes-pesquisadores(as) desses países e do Brasil, onde a equipe se constituiu por professores(as) e discentes da pós-graduação e da graduação em Serviço Social de Brasília e dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Centrada na busca dos fundamentos e tendências teórico-políticas presentes na produção do Serviço Social no âmbito desses seis países, a pesquisa da qual resultou essa publicação beneficiou-se do acúmulo intelectual de seus participantes para expor os resultados de fértil parceria que levou os autores envolvidos a formular relevantes contribuições para o aprofundamento do debate público acerca do Serviço Social latino-americano.

Cabe destacar que essa pesquisa ocorreu em um contexto de grandes transformações societárias econômicas, tecnológicas, sociais, culturais e políticas, em um tempo complexo, inquietante e sombrio, seja em termos globais, seja na realidade latino-americana.

Contexto, que, exacerbado pela pandemia global da covid-19, vem colocando em evidência questões relativas à própria sobrevivência da humanidade. Pandemia que escancarou uma tragédia anunciada: a vergonhosa desigualdade que estrutura a nossa sociedade. Condição que se aprofunda na pandemia, mas se relaciona a um conjunto de medidas anteriores que vem caracterizando o avanço do projeto capitalista ultraneoliberal. Condição que, conforme Antunes, caracteriza “uma nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financeira que almeja a completa corrosão dos direitos do trabalho [e eu acrescentaria dos direitos sociais,] em escala global” (Antunes, 201, p. 10).

É importante lembrar, ainda, que essas transformações estruturais e conjunturais do capitalismo atual vêm se processando sob a dominação do capital financeiro e têm na superexploração do trabalho a base para novas formas geradoras de valor. São formas profundamente predatórias do capitalismo com trabalhadores desprotegidos, desprovidos de direitos e em condições de brutal exploração.

Como sabemos, a produção se mundializou, com processos de flexibilização produtiva, com avanços tecnológicos e informacionais, como a robótica, trazendo impactos ambientais e, sobretudo, mudanças profundas nas formas de organização das relações de trabalho e da economia, modificando o emprego estrutural, que é caracterizado, por um lado, pela flexibilização produtiva e pela segmentação dos trabalhadores em estruturas ocupacionais cada vez mais complexas e, por outro, pela crescente precarização do trabalho e dos trabalhadores.

Em síntese, o contexto é de crise estrutural do capital, que avança em seu caráter ultraliberal, predatório e de banalização da vida. Tempos de obscurantismo e de refuncionalização do conservadorismo de traços fascistas, de crescimento do irracionalismo na defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, no acirramento dos preconceitos, no racismo, no feminicídio, na homofobia e na criminalização dos movimentos sociais. Tempos que nos colocam frente a um arcaísmo tacanho, irracionalista, genocida e abrutalhado.

Tempos de necropolítica, de Estado penal e racista, de colapso social e institucional. Tempos de eliminação da classe que vive do trabalho.

Esses tempos parecem ser imprescindíveis para o capitalismo financeiro global. Situação que se agrava com o crescimento da chamada “nova direita” na conjuntura global, que traz consigo mudanças na política e na sociabilidade com ameaças à democracia e a redução dos direitos.

Quadro que revela, como sabemos, sobretudo na América Latina, o custo social dessas transformações e vai somar-se a uma histórica e estrutural desigualdade que vem se expressando mediada por componentes históricos, políticos e culturais que plasmaram as particularidades das formações sociais e dos processos de desenvolvimento que caracterizaram cada sociedade nacional. Referem-se, pois, às desigualdades, injustiças e opressões que se estruturaram nessas sociedades em múltiplos níveis e dimensões. Nesse sentido, essas desigualdades, injustiças e opressões são partes constitutivas, de diferentes formas e em múltiplas dimensões, da vida social dos países do continente.

A compreensão sobre a América Latina foi buscada em rigoroso arsenal teórico-metodológico, tendo como referência uma abordagem contextualizada da ordem capitalista em sua periferia. Assim, buscou-se desvendar esse “capitalismo periférico” e suas principais características, englobando a questão colonial, a questão indígena e a questão racial inscritas na questão social, na composição de suas classes sociais e na violência presente na desigualdade social estruturante do cotidiano dos bairros pobres, das baixadas e das favelas desse imenso Continente.

No contexto de estudos sobre o capitalismo dependente e das relações imperialistas que marcaram nossa América Latina em seus vínculos estruturais com a experiência colonial-escravista, foram examinados os processos históricos que estruturaram essa herança comum latino-americana, unificada pela experiência de subordinação e dependência. Experiências que, embora processadas em tempos e espaços diversos, interconectam-se e permanecem em nossas realidades,

atravessando as relações sociais de pertencimento ao mundo capitalista que se expressam em enorme desigualdade e pobreza.

Conforme dados do Relatório Anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021) “Em uma armadilha: alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe”, a América Latina continua sendo a região mais desigual do mundo, embora não a mais pobre, situação que se aprofundou com o avanço da pandemia de covid-19. O relatório destaca três fatores que impulsionam a desigualdade e o baixo crescimento da região: a concentração de poder nas mãos de poucos que defendem seus interesses privados, a violência em sua multiplicidade de formas e políticas protetivas insuficientes.

Nesse contexto, contraditório e em movimento, é que se desenvolveu a pesquisa que buscou abordar a produção do Serviço Social em seus fundamentos e tendências teórico-políticas na América Latina. Partimos da posição de que as profissões são construções históricas e contextualizadas, situando-se nos processos de reprodução social da sociedade capitalista com suas particularidades, ou seja, o Serviço Social como profissão se explica na interlocução com a realidade em que se insere.

Assim, expressa “múltiplas determinações, historicamente processadas”. Partimos do pressuposto de que a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade. Sociedade que é produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. Portanto, buscamos ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares. Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificados dentro da trama de relações que constituem a vida social e particularmente nas respostas que a sociedade e o Estado constroem diante das necessidades sociais dos homens em suas múltiplas dimensões (materiais, espirituais, culturais, subjetivas etc.). Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática do assistente social.

O quadro conjuntural rapidamente aqui traçado nos coloca, como profissionais, diante de uma realidade que nos interpela, que nos desafia a decifrá-la e que não é certamente uma tarefa fácil, pois trata-se de uma interlocução com o adverso. Contexto que exige uma organização coletiva forte, nem sempre encontrada nas realidades investigadas, tarefa que supõe o estudo, a pesquisa, o debate. Não há melhor caminho para qualificar o trabalho do Serviço Social, que é uma profissão em movimento e sem possibilidade de deixar de participar desse processo, cuja direção está sempre em disputa. Nesse sentido, não foi tarefa fácil abordar a produção do Serviço Social na realidade una e múltipla que caracteriza a América Latina.

A leitura crítica das principais obras da literatura dos países pesquisados nos últimos 25 anos, acompanhada de visitas e encontros de estudo, traduziu-se neste livro, que se configura como espaço privilegiado de expressão do diálogo qualificado estabelecido entre docentes, discentes e especialistas da área nos países em questão. Em seu âmbito, são examinadas, em nove capítulos, a realidade da América Latina e o debate contemporâneo acerca das tendências teóricas atuais da profissão, nos países escolhidos para aprofundamento do estudo, apresentando como resultado, conforme aponta o organizador do livro na sua apresentação, “um amplo espectro teórico e ideopolítico explicitamente progressista, com níveis diversos de crítica anticapitalista, que transitam da democracia radical à defesa explícita de uma sociedade que forceja para além do capital, como sociedade humanamente emancipada. [...] com visões e apreensões igualmente diferentes sobre o Serviço Social como profissão, mas orientados(as) por um progressismo anticapitalista que o marca e que não renuncia ao pluralismo não eclético (portanto, produtor de direção social hegemônica)”. Nessa direção, a coletânea nos permite conhecer alguns dos inúmeros desafios enfrentados pelo Serviço Social, em diferentes contextos, especialmente no âmbito da formação e do exercício profissional, no campo do conhecimento teórico e dos saberes interventivos da profissão na América Latina.

Em síntese, o livro que José Fernando Siqueira nos oferece com importantes reflexões e análises de uma ampla e heterogênea equipe

de pesquisadores é resultado de um desafio enfrentado com competência, apresentando para o leitor um conjunto de textos instigantes, no âmbito da pesquisa sobre o Serviço Social e de sua produção teórico-metodológica na América Latina e dos saberes que possibilita nesses difíceis tempos de mudanças societárias.

Temática instigante, ampla e complexa e em relação à qual há poucos estudos e produções no país, a publicação vai atender à importante necessidade de problematizar no âmbito dos fundamentos a formação e o trabalho do(a) assistente social latino-americano(a).

O leitor tem em mãos, portanto, uma obra original, de rara qualidade teórica, elaborada a partir de rigorosa e pertinente pesquisa e diálogo crítico com obras clássicas referentes à área de Serviço Social e a partir de instigante interpretação dos autores por pesquisadoras(es) consagradas(os) e de jovens quadros acadêmicos.

Para finalizar, é importante destacar que colocar essas questões em debate permite também refletir sobre os caminhos para enfrentá-las, particularmente pela mediação de uma produção de conhecimentos qualificada, capaz de iluminar o cotidiano de um trabalho comprometido ética e politicamente com a população trabalhadora.

Leitura imprescindível para todos os que buscam superar as perplexidades do presente.

Maria Carmelita Yazbek

Referências

ANTUNES, Ricardo. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valeria. *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

América Latina, dependência e desigualdade em tempos de pandemia

José Pablo Bentura

Freddy Giovanni Esquivel Corella

Maria Carmelita Yazbek

1. América Latina: complexidade e diversidade

Deve-se ressaltar, inicialmente, que a América Latina é uma realidade única e múltipla em sua trajetória sócio-histórica. É necessário, por um lado, ter o cuidado para não promover generalizações indevidas e, por outro lado, destacar que os determinantes da ordem de capital para o continente são os mesmos para todos os países. Esse caráter único e diverso se expressa na existência de características comuns da longa história que caracteriza o continente, mas também apresenta muitas diferenças étnicas, culturais e políticas.

Nesse sentido, a América Latina é portadora de uma heterogeneidade irreduzível: a diversidade dos povos indígenas é acrescida pelo sequestro e exploração de populações africanas escravizadas e pela chegada de fluxos migratórios oriundos de diversas partes do mundo. A América Latina é um imensurável caldeirão de línguas, religiões, culturas e etnias. Sustenta-se, ao mesmo tempo, em conflitos

irreconciliáveis e em certa convivência não tão pacífica. Simboliza, para nós latino-americanos(as), nossa identidade, nossa pátria, nossa nação. Assim, a história política, econômica e social da América Latina carrega traços da economia colonial sustentada na exploração predatória que se reorganizou, de forma dependente, às necessidades determinadas pela produção e reprodução da ordem do capital na atualidade. Como destaca SILVA (2020, p. 09-10), esse processo não prevaleceu

[...] sem a resistência dos povos latino-americanos (originários ou aqui formados no processo de colonização) [...]. E os exemplos aqui são vastos: a) transitam da eliminação de povos nativos muito diversos que resistiram de diferentes formas à colonização [...]; b) passam pela resistência dos povos negros escravizados [...]; c) envolve povos e as lutas anticoloniais pela Pátria Grande latino-americana que se formaram a partir da mistura euro-afro-americana nativa [...]; d) se expressa no coarde massacre realizado pela coalisão Brasil-Argentina-Uruguai contra o Paraguai liderado por Solano Lopes na Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra Grande (1864-1870); e) bem como possui amplo desenvolvimento ao longo do século XX por todo cone centro-sul da América, por meio de lutas antiditatoriais, movimentos armados, projetos anticapitalistas, anticoloniais e anti-imperialistas diversos, em que a experiência cubana de 1959 foi exemplar.

Que engenhoca fantástica produziu essa identidade, esse espaço de resistência e de luta que é a América Latina? Os seres humanos detêm a força de trabalho, a capacidade de transformar a natureza em bens de uso, potência esta universal. Mas os seres humanos que possuem essa capacidade são, na essência, diversos, ou seja, são homens e mulheres, pessoas negras e brancas, povos indígenas de tradição originária, de diferentes nacionalidades, territórios, culturas, geografias, comércios etc. O capital transforma o trabalho humano em mercadoria, em condições de ser comprada/vendida por um determinado preço com base na capacidade automática com que ele transforma os diversos em homogêneos, uma capacidade já estudada por Marx (2002), no século XIX, nas condições do capitalismo inglês.

Esta diversidade é pulverizada fazendo com que seres humanos se tornem, conscientes ou não, uma classe social, com interesses comuns que atuam no sentido de superar essa objetificação que os equaliza para recuperar sua diversidade humana. Em última análise, o interesse da classe trabalhadora é destruir esse mecanismo sinistro que objetifica tudo, inclusive a vida.

Quando a burguesia transforma a força de trabalho em uma mercadoria, inevitavelmente objetifica as pessoas, cria os carrascos da sociedade burguesa. Da mesma forma, quando a colonização e o imperialismo transformam as nações em espaços fornecedores de matérias-primas, criam os opositores do colonialismo e do imperialismo. A classe trabalhadora é para a luta de classes, o que a América Latina é para o anti-imperialismo. Isso marcou a trajetória histórica do continente que tem tingido suas terras regadas por suas “veias abertas” ao longo de sua história.

Esta história heroica não deve esconder o fato de que também foi marcada por Estados que foram construídos como importantes aliados da burguesia, levando em conta a lógica da expansão do capitalismo nos países da periferia. Esse caráter, unificado e diverso, caracteriza-se pela existência de aspectos comuns contidos na longa história que marca o continente, que, como foi dito, apresenta muitas diferenças étnicas, culturais e políticas. Nesse sentido, os países que o compõem têm suas conformações geográficas e diversos recursos naturais, suas colonizações e suas culturas e etnias heterogêneas, bem como seus imigrantes, suas lutas revolucionárias e suas experiências políticas e sociais, juntamente com seu desenvolvimento industrial ou sua tecnificação produtiva, incluindo o plano agrícola e mineral.

É evidente, então, que abordar a realidade desigual da América Latina, em um contexto de crise de capital, agravado pela pandemia do coronavírus, é, sem dúvida, um grande desafio, sobretudo — e não apenas — pelas condições geradas por essa pandemia, que só evidencia uma tragédia prevista pela vergonhosa desigualdade que estrutura a sociedade capitalista no seu atual estágio de desenvolvimento. A pandemia, aliada às medidas ultraliberais, à redução de

direitos, além da ofensiva conservadora e da construção de uma sociabilidade que esteja em conformidade com o mercado, mostra que o capitalismo financeirizado precisa dessa sociabilidade traduzida em um individualismo competitivo exacerbado, marcado por formas de preconceito e pelo consumismo.

Quanto à inserção da América Latina nos circuitos da crise do capital, sabemos que a reorganização geopolítica do padrão latino-americano no capitalismo global revela com intensidade dramática a condição de dependência do continente. Também não se pode esquecer que, diante desse novo impulso homogeneizante dos grandes negócios, a luta anti-imperialista dos povos continua a ser oposta. Esta realidade — as formas mais predatórias do capitalismo contemporâneo, com trabalhadores(as) desprotegidos(as), privados(as) de direitos e em condições de tal exploração — “se assemelha ao capitalismo da acumulação primitiva” (Antunes, 2021). Uma condição que se aprofunda na pandemia, mas que se relaciona com um conjunto de medidas anteriores que caracterizaram o progresso do projeto capitalista ultraliberal. Sem dúvida, um contexto de transformações estruturais e conjunturais do capitalismo, que são processados sob a dominação do capital financeiro, que busca ser valorizado pela devastação do mundo do trabalho e da própria humanidade. Um contexto em que a superexploração do trabalho se torna base para novas formas de geração de valor e que, agravadas pela condição da pandemia de covid-19, recrudescem questões relacionadas à própria sobrevivência da classe trabalhadora.

A partir da década de 1970, o avanço da ofensiva neoliberal na era do “desmoronamento” (Hobsbawm, 1995, p. 393) aprofundou a desapropriação e a exploração, apenas comparáveis aos níveis bárbaros de colonização. Como aponta Silva (2021, p. 9), a ofensiva neoliberal na América Latina contou com Estados Nacionais fortes à acumulação, Estados estes mais próximos aos interesses imperialistas ou marcados por alternativas mais identificadas a projetos nacionais-desenvolvimentistas, com certa distribuição interna da riqueza, que não se sustentaram a médio ou a longo prazo. Getúlio Vargas no Brasil,

José Batlle y Ordóñez no Uruguai, José Figueres na Costa Rica, Omar Torrijos no Panamá e Juan Perón na Argentina são exemplos clássicos destas experiências na América Central e do Sul. As alternativas que se apresentaram à hegemonia imperialista nos anos 1960, a revolução dentro da ordem — como radicalização democrática — ou contra a ordem (Fernandes, 2009, p. 38-39), foram definitivamente derrotadas e o resultado é conhecido: a autocracia burguesa, a modernização conservadora, o aprofundamento da dependência, a recriação de estados autoritários e a hegemonia do imperialismo norte-americano.

Junto com isso, em lugares como a América Central e Caribe existiram lutas inspiradas na Revolução Cubana contra Fulgencio Batista (1953). Na Nicarágua, por exemplo, a resistência liderada pela Frente de Libertação Popular Sandinista em 1979, atuou para derrubar o ditador Anastasio Somoza; em El Salvador, nos anos 1980, movimentos emancipatórios se organizaram sob o comando da Direção Revolucionária Unificada (DRU). Lutas que décadas mais tarde, mesmo em Cuba, são atingidas pela pressão do capitalismo financeiro e das forças militares e gerenciais de organizações internacionais e regionais, para abrir caminho para a implementação dos preceitos contrakeynesianos e antissocialistas, que defendiam os seguidores de Hayek e Popper, também reconhecidos como “Chicago Boys”.

Friedrich Von Hayek foi um defensor lúcido do neoliberalismo (talvez o único). Pode ser acusado de muitas coisas, menos de ser oportunista. No início de seu trabalho, por volta de 1945, Hayek e seus seguidores concentraram suas críticas ao modelo do Estado de Bem-Estar Social, questionando fundamentalmente o Partido Trabalhista inglês, que naquele ano venceria a eleição. Seus argumentos visavam questionar a intervenção estatal na economia, argumentando que as pretensões de solidariedade e igualdade — limitadas, por sinal, no quadro do capitalismo — eram baseadas em boas intenções, mas nada mais faziam do que limitar a liberdade dos indivíduos e interferir na livre-concorrência (Hayek, 2006). Nessa perspectiva, a livre-concorrência é o principal motor do desenvolvimento social. Portanto, limitá-la tem como consequência a servidão e a passividade

(Anderson, 1995, p. 10-11). Com outras palavras, qualquer tentativa de o Estado regular ou intervir no mercado, de qualquer forma, será catastrófica, mesmo que esta atuação seja feita de acordo com os desejos estáveis e coerentes dos cidadãos. Ainda assim, o bem comum seria prejudicado (Przeworsky, 1995, p. 26).

O neoliberalismo, imposto pelo sangue e pelo fogo, realiza uma exaltação sem precedentes da racionalidade instrumental e individualista, não deixando espaço para qualquer tipo de valor alternativo. É evidente que a exaltação do individualismo é uma característica que não pode ser considerada como nova no quadro do capitalismo, mas nunca nos níveis absolutos em que é atualmente exaltada. O capitalismo sempre precisou limitar o individualismo de alguma forma, temperando-o com outros valores: do trabalho, da honestidade etc. Basta recordar Weber e a importância que ele atribuiu à ética protestante no desenvolvimento do capitalismo (Hobsbawm, 1995, p. 25).

Com o neoliberalismo, as crises periódicas do capital foram transformadas em crises civilizadoras brutais, cuja base de análise são as relações estabelecidas entre as classes sociais sob o domínio do capital financeiro. O crescimento das desigualdades que estruturam a “questão social” exige uma análise enraizada nas classes sociais que considere a interdependência dessas relações com a raça, a cultura, a etnia e o gênero, eixos estruturantes da dominação. Mas, fundamentalmente, esse processo é atravessado pela luta de classes, na qual os capitalistas constantemente pressionam pela maior extração possível de mão de obra não remunerada.

Os(as) trabalhadores(as), por outro lado, enfrentam burguesias que minam suas formas de organização, apelando para a violência estatal. Deve-se lembrar que parte dessa burguesia está politicamente alinhada com a extrema-direita e com o avanço do conservadorismo-reacionário global, apoiado pelo ultraneoliberalismo. Trata-se de um projeto de destruição, um sonho ultraliberal e um pesadelo para os que vendem a força de trabalho, espaço social dominado pelo mercado, com apoio decisivo do Estado como importante instância garantidora das regras econômicas e financeiras (Paulani, 2021).

2. A América Latina nos últimos anos

Nos últimos anos, a América Latina ainda “guarda traços comuns dessa longa história que a condiciona: a colonização imposta, a questão indígena, as lutas pela independência”, modos predatórios de produção, escravidão, luta pela terra, falta de respeito aos povos nativos, desigualdades, injustiças e principalmente os inúmeros processos de exploração econômica e política. Junta-se a isso outros fatores resultantes dos modos de produção e reprodução das “relações sociais em suas múltiplas dimensões: econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada das classes que vivem do trabalho” (Wanderley, 2013, p. 62). Assim, as marcas da cultura colonial permanecem presentes em nossas relações sociais, características do capitalismo periférico neste continente,

[...] onde a supressão do estatuto colonial ocorreu no plano político, mas não no plano econômico... [...] O que nos une — o que dá unidade real, objetiva, aos povos latino-americanos — é a ameaça imperialista; é a exploração imperialista. Este é um dado objetivo (NETTO, J. P. 2012, p. 97).

Uma análise crítica desse caminho na América Latina exige que sejam considerados os processos de formação dos países do continente e sua história. É, portanto, essencial não esquecer que a natureza predatória das relações coloniais e da escravidão deixaram, sem dúvida, sua marca na história do continente, lançando bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia. No Brasil, por exemplo, “O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, que formou a maior parte da nação. A casa grande e a senzala são o brasão dessa sociedade” (Oliveira, 2018, p. 29).

Com relação à acumulação do capital, deve-se notar que, no contexto atual, especialmente nas últimas décadas, o capital financeiro

assumiu a hegemonia deste processo, “de forma que o campo de sua acumulação não mais apresenta fronteiras de qualquer ordem” (Marques, 2018, p. 110). A centralidade do capital financeiro e sua predominância sobre o capital produtivo têm sérias consequências para a classe trabalhadora, com a manutenção de altas taxas de desemprego, insegurança e instabilidade no emprego, crescimento do trabalho informal, redução dos salários e precariedade das relações de trabalho. Nisto, situações de uberização do trabalho são exemplares, incluindo subcontratação e contratos de prazo fixo, entre outros aspectos (Antunes, 2018).

Nos últimos anos, as transformações no campo da acumulação capitalista, expressas na reestruturação produtiva e na financeirização da economia, além de deixarem seus impactos no mundo do trabalho, na “questão social” e nas políticas sociais, atingiram a sociabilidade, pois nesse processo o conservadorismo é reativado por meio da restauração e da defesa da ordem instituída com um viés explicitamente reacionário e irracional, que confronta valores democráticos e propõe a eliminação de direitos. Nesse processo, emergem novas formas de gestão dos serviços públicos e das políticas sociais, marcadas pelo gerencialismo e orientadas à “fabricação do tema neoliberal”, processos que intercalam e confundem os setores público e privado (cf. Dardot; Laval, 2016, p. 321). Essas transformações tiveram as agências multilaterais de crédito como suas principais impulsionadoras, orientações sociais estas predominantes nas últimas décadas, com explícita referência ao Consenso de Washington, que contém uma dupla dimensão que não foi substancialmente modificada pelo mais recente Pós-Consenso Washington:

- a) o ajuste estrutural (Grassi *et al.*, 1994) cujo principal objetivo era desmontar todos os sistemas corporativos que moldaram os frágeis Estados Sociais na América Latina, a fim de dar o golpe de misericórdia à indústria de substituição de importações, eliminar toda a proteção tarifária e a garantia de pleno emprego, reduzindo, assim, o valor do trabalho para atrair investimentos externos;

- b) como forma de reduzir o impacto social dessas reformas, promover uma mudança no sistema de proteção social associado ao mundo do trabalho, onde as novas políticas sociais passaram a substituir a tendência setorial, universal e centralizada pela diretriz abrangente, focada e descentralizada (com a participação da sociedade civil) (Filgueira, 1998), destinada a abordar “os níveis de pobreza crítica” (Iglesias, 1993, p. 7) facilitado pelo próprio ajuste.

Essa situação gerou a ruptura do pacto histórico entre capital e trabalho que moldou o mundo desenvolvido no Estado de Bem-Estar Social, bem como sustentou algumas melhorias nas políticas sociais na periferia. Nesse sentido, é preciso revelar a natureza desse capital, compreender seu ataque à política e às políticas sociais, em relação ao qual se conclui que não faz parte de seu projeto “manter políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado” (Marques, 2018 p. 110). Dessa forma, podemos considerar que o avanço do capital sobre as políticas sociais é uma característica do capitalismo contemporâneo em nível global, conforme anunciado por Marques (2015, p. 18): “Nesse quadro, o lugar das políticas sociais está em um “Não Lugar”, pois não faz parte da agenda desse tipo de capital”.

Na América Latina, o desenvolvimento dos Estados Sociais tinha limites muito precisos: juntamente com os processos de ampliação da cidadania de setores integrados ao mundo do trabalho, coexistiram grandes grupos populacionais que não conseguiam fazer parte dos sistemas de proteção associados ao trabalho. Estes últimos constituem o fenômeno, que, nos anos 1980, foi caracterizado como marginalidade, ou seja, constituíram as frações populares que não participam dos benefícios do desenvolvimento (Germani, 1980); setores que, embora não possam participar do mundo do trabalho, constituem uma “superpopulação relativa” sem nem mesmo operar como um “exército industrial de reserva” (Num, 2001).

A crise dos Estados Sociais na América Latina é atribuída à ofensiva neoliberal, em grande parte à incapacidade de incorporar esses setores. Argumenta-se que a grande dívida dos Estados Sociais

tem sido a sua incapacidade de reduzir a pobreza. Em resposta, propõem-se novas políticas sociais que tendem a aumentar a proteção de tais setores, defendendo a necessidade de concentrar sistemas de proteção social em grupos “marginalizados”. Sobre isso, Bentura (2014, p.102) cita Iglesias:

Os países latino-americanos têm uma longa experiência em políticas redistributivas, embora não tão bem-sucedidas quanto se tem desejado. Ela tem, recentemente, se tornado compatíveis com a preservação dos equilíbrios globais. No entanto, diante da magnitude dos problemas sociais enfrentados pela região, novos caminhos devem ser buscados para combater a pobreza. Isso inclui prestar maior atenção ao papel do setor informal na economia [...] A formulação de políticas para atender a essas necessidades, focadas em grupos específicos, muitas vezes tem se mostrado mais bem-sucedida do que programas globais. (IGLESIAS, 1993, p. 95 — tradução nossa)¹

Desde a crise do modelo de industrialização por substituição de importações, os esforços dos Estados Sociais têm sido reorientados: os processos de expansão da cidadania com base no mundo do trabalho retrocedem e são sucedidos por sistemas residuais de integração social dos setores “marginalizados”. Nesse contexto, consolida-se a ofensiva do pensamento neoliberal, que nada mais é do que uma construção ideológica que justifica as transformações que são processadas de fato e que, como a coruja de Minerva, somente voará ao anoitecer. O argumento da preocupação com a pobreza nada mais é do que uma retórica que esconde que ela é o resultado da ofensiva do capital sobre o trabalho, expressão de condição de classe do “pobre”. Diante

1. No original: “Los países latinoamericanos tienen una larga experiencia en materia de políticas redistributivas, aunque no tan exitosa como hubiesen querido. Se ha aprendido recientemente a hacerlas compatibles con la preservación de los equilibrios globales. Sin embargo, frente a la magnitud de los problemas sociales que enfrenta la región, deben buscarse nuevas formas para atacar la pobreza. Entre ellas se cuentan el prestar una mayor atención al papel del sector informal en la economía [...] La formulación de políticas de atención a estas necesidades, focalizadas hacia grupos específicos, ha demostrado muchas veces ser más exitosa que los programas globales.”

desta brutal violação, pretende-se curar a ferida com a mesma arma que a produziu, sendo que o alvo não tem outro propósito a não ser prejudicar ainda mais a classe trabalhadora, enfraquecendo sua capacidade de resistência à ação restauradora dos grandes negócios.

O discurso neoliberal nada mais é do que um manto que busca camuflar a brutal ofensiva do capital contra o trabalho. A preocupação em empreender “políticas prudentes” nos gastos públicos se constitui numa retórica para esconder a forte pressão para restringir o Estado e colocá-lo a serviço exclusivo do grande capital. O respeito fiscal se confunde com o respeito às demandas das classes subalternas, sendo que a expressão “espaço fiscal” revela imediatamente sua origem ideológica. A disciplina fiscal rigorosa foi o principal argumento das organizações internacionais para impor reformas estruturais neoliberais na América Latina (Grassi *et al.*, 1994), conforme estabelecido pelo guru dessas reformas processadas nos anos 1980 e 1990 na América Latina:

Embora a década dos anos 1980 tenha representado uma década perdida para a melhora do padrão de vida da população na América Latina, foi uma década extremamente produtiva em termos do progresso das ideias. Não somente foi uma década em que o regime democrático, em geral, se enraizou, mas também produziu uma evolução decisiva para a aceitação das formas modernas de organização econômica, que incluíram sistemas econômicos liberalizados e orientados para o exterior, dentro dos quais foram implementados programas macroeconômicos prudentes. (WILLIAMSON, 1993, p. 175 — tradução nossa)²

O progresso das ideias a que Williamson se refere alcançou tal enraizamento que a própria esquerda, na luta ideológica contra o

2. No original: “Aunque la década de los años ochenta representó una década perdida para América Latina en cuanto al mejoramiento del nivel de vida de la población, constituyó en cambio un decenio sumamente productivo en cuanto al progreso de las ideas. No sólo fue una década en que el régimen democrático, en general, quedó arraigado, sino que en ella se produjo, además, una evolución decisiva hacia la aceptación de formas modernas de organización económica, que incluyó sistemas económicos orientados hacia el exterior, liberalizados, en cuyo marco se llevaron a la práctica programas macroeconómicos prudentes.”

neoliberalismo, quando governo, manteve um respeito inesperado tanto pela orientação “externa” quanto pelos “programas macroeconômicos prudentes”, resultando em um dos limites mais nítidos no aprofundamento de suas reformas. O pensamento neoliberal faz o monitoramento para que as políticas sociais sejam estritamente focadas e respeitem programas macroeconômicos prudentes. O crescimento dos gastos focados na política focada, já nas próprias manifestações, esconde o limite: o crescimento será através da “progressividade e gradualidade”. Liberdade é para o pensamento neoliberal oposto à segurança. A despesa, portanto, não é calculada em relação aos riscos a serem evitados, mas à disponibilidade fiscal.

O gasto social está sempre sujeito à avaliação, nunca gera segurança, nunca gera direitos, e a possibilidade de cortes é paradoxal porque responde ao “espaço fiscal”. O paradoxo está dado, porque quando mais se necessita de recursos, é quando o “espaço fiscal” é mais estreito. O discurso da “progressividade e gradualidade” ressalta que o “espaço fiscal” se expande quando se afasta da crise (momento em que a assistência é mais necessária), e então, quando nos afastamos da crise, o corte é possível porque a população a ser assistida é reduzida, a pobreza extrema cede com a melhoria da economia. Há “espaço fiscal”, mas a população empobrecida é reduzida. O “espaço fiscal” é o dispositivo neoliberal mais perfeito, pois sempre fornece argumentos para reduzir a intervenção estatal junto aos direitos.

Do ponto de vista político, vivemos em uma era de desqualificação e despolitização da política, época em que os significados da própria política estão em jogo. Embora as últimas eleições tenham revelado, em diversos países, como foi o caso brasileiro, campos irreconciliáveis de conflito de interesses e lutas sociais, eles também mostraram a disputa sobre os significados da sociedade. Neste contexto de paradoxos, onde se articulam diferentes forças reativas, é também “evidente que o capitalismo financeirizado necessita de toscas subjetividades temporariamente no poder para destruir todas as históricas conquistas democráticas e republicanas, dissolvendo suas perspectivas e erradicando seus protagonistas” (Rolnik, 2018, p. 3).

Em alguns países podemos ver uma forte regressão que banaliza a vida e nos coloca diante de um arcaísmo estreito, irracional, genocida e abrupto. O caso brasileiro é exemplar: um governo que retira até mesmo as feições do politicamente correto. São tempos de necropolítica, de Estado/governo criminoso e racista, de colapso social e institucional. É a hora da política da eliminação da classe que vive da venda de sua força de trabalho. Por outro lado, na busca pelo lucro, o capital reduz seu investimento em mão de obra viva, aumentando a superpopulação relativa e disponível, levando ao desemprego e às relações de trabalho precárias.

As críticas ao atual contexto não têm sido feitas somente por atores(as) anticapitalistas. Castel (1996), por exemplo, dialogando mais diretamente com a realidade francesa e com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social europeu, caracteriza a crise como o fim da sociedade salarial (na verdade uma crise do capital), explicitamente preocupado com a coesão, a integração e as anomias sociais, temas tipicamente positivistas de base durkheimiana. Para ele, as transformações no mundo do trabalho, associadas à introdução da robótica e da computação, assim como o da microeletrônica, deixaram sem trabalho enormes contingentes populacionais que podem trabalhar, sendo invalidados pela conjuntura. Na década de 1990, na França, as pessoas começaram a falar sobre os “vulneráveis” e os “excluídos”. Enquanto a população vulnerável consegue se integrar ao mundo do trabalho, mas de forma instável e sempre ameaçada pela possibilidade de ser excluída, a população excluída é composta por aqueles que são expulsos do mundo do trabalho e, portanto, não têm acesso a sistemas de proteção social. Eles não acessam assistência porque podem trabalhar, e não acessam o seguro social porque não têm emprego (Castel, 1996).

Na análise desse quadro de alterações, deve-se lembrar, como propõe José Paulo Netto, que a dinâmica constitutiva do capitalismo continua operando.

Nada mais alheio à minha argumentação do que pretender insinuar que o mundo não mudou desde 1845 [...] Conquistas civilizacionais foram

feitas; os trabalhadores, mediante árduas lutas, forçaram o reconhecimento de direitos políticos e sociais; o Estado burguês foi compelido a assumir, sem prejuízo de seu caráter de classe, funções coesivas e legitimadoras. Aquilo que não mudou, todavia, e responde pela permanência da pobreza e da desigualdade, é a dinâmica econômica elementar da nossa sociedade, assentada na acumulação capitalista — por isso mesmo, seus efeitos, os efeitos de sua lei geral, continuam operantes [...]. (Netto, 2006, p. 32).

A ofensiva do grande capital teve um forte impacto nessas conquistas civilizadoras. As históricas lutas do trabalho têm sido voltadas para a politização do mercado (Coutinho, 2000, p. 49-50). Essa ofensiva visa justamente despolitizar a política, naturalizar a regulação de mercado e, portanto, refirmar o fetiche da mercadoria que inclui a força de trabalho em toda a sua dimensão (Marx, 2002) como capitalismo monopolista.

A economia política do capital despolitiza a “questão social” e, como consequência, a naturaliza. As causas da “questão social” são individualizadas: o responsável pela “exclusão” é o próprio agonista que não sabia como lidar com o mercado, sendo que a sua miséria é apresentada como resultado de sua incapacidade. Por sua vez, essa incapacidade explica a precariedade dos desapropriados em uma sociedade liberalizada, o que justifica diversas formas de tutela que operam sobre essas populações que devem ser reeducadas e moralizadas. Nesse novo contexto, só é cidadão — como no capitalismo clássico — aquele que tem acesso ao trabalho abstrato, na produção, mas sobretudo no consumo.

Esses processos de despolitização, desenvolvidos a partir de uma clássica aliança entre o pensamento conservador (que só entende a “questão social” como um problema moral), e o pensamento liberal (que só tolera a intervenção sobre a pobreza extrema, desde que não interfira no mercado) geram critérios leoninos na atenção da “questão social”, reprovando qualquer interferência na relação capital-trabalho. Essa aliança, que se torna hegemônica na América Latina, cria um

olhar e uma prática sobre a “questão social” que se convertem em paradigmas. Sendo assim, é possível estabelecer critérios que guiam a administração da “questão social”, que articulam a perspectiva neoliberal e conservadora e que podem ser observados na concepção dos programas de assistência que são desenvolvidos para mitigar as consequências da implementação do modelo.

São critérios orientadores da perspectiva liberal:

- a política social tem como critério fundamental a focalização, ou seja, não deve transferir recursos para aquela população considerada habilitada para ingressar no mercado de trabalho, minimizando a possibilidade do manejo estratégico desses recursos. Evita, com isso, processos de desmercantilização nos termos propostos por Esping-Andersen (1990);
- os benefícios nunca devem constituir direitos e devem estar sempre sujeitos à avaliação;
- os benefícios devem ser inferiores em quantidade e qualidade aos recursos que podem ser obtidos no mercado, com a intenção de não desestimular o trabalho. Em nenhuma circunstância a intervenção deve distorcer ou interferir nas leis do mercado.

São critérios orientadores da perspectiva conservadora:

- o acesso a qualquer benefício implica, por parte do beneficiário, uma contrapartida de natureza “educacional-disciplinar”;
- o conteúdo educativo não é avaliado em termos de qualidade, pois o que se busca é o efeito moralizador dele, que se solidariza com o crescente processo de mercantilização da educação.

O trabalho, como contrapartida, é avaliado em seu componente de potencial integrador e não em sua capacidade de produzir valor. Nessa perspectiva, o trabalho entra como contrapartida a um benefício recebido. As políticas sociais universais, que no mundo europeu fizeram da cidadania a justificação para o acesso universal a bens e serviços (Welfare), tendem a ser substituídas por políticas focalizadas que multiplicam condicionalidades (Workfare). Para Lavinias (2012, p. 3),

[...] a finalidade do Workfare não é civilizatória, nem de preservação dos valores morais do trabalho, como quer fazer crer o pensamento conservador, senão a violência que torna compulsório aceitar qualquer emprego, ainda que indigno, mal remunerado e precário — aceitar, portanto um novo padrão laboral desfavorável aos trabalhadores em troca do direito à sobrevivência.

O grande fracasso do Consenso de Washington foi a sua incapacidade de diminuir o impacto social das contrarreformas. As novas políticas sociais falharam ao evitar a crise brutal de integração que foi processada na América Latina, a partir da crise do capital iniciada nos anos 1970 e de suas contrarreformas explicitamente objetivadas a partir dos anos 1990.

É possível arriscar que “[...] a onda de governos de esquerda e/ou progressistas que ocorreu entre o final do século XX e o início do vigésimo primeiro” (Midaglia; Antia, 2007, p. 1, tradução nossa)³, tinha a legitimidade necessária para implementar as novas políticas sociais e fechar o círculo do neoliberalismo. A construção de um dispositivo institucional para implementar essas novas políticas sociais é a principal novidade institucional dos governos progressistas. Dessa forma, os novos Ministérios do Desenvolvimento Social se constituíram no universo empírico privilegiado para a reconstrução do discurso legitimador de políticas voltadas para o combate à pobreza extrema.

Nos diferentes países da América Latina, o contexto é de disputa entre democratização no horizonte da preservação de direitos e cenários que nos colocam na frente dos velhos fantasmas do autoritarismo. De tal forma que,

O aumento da desigualdade é acompanhado pela quebra dos fundamentos do pacto social que a mobilidade social gerou em muitos países, o que criou expectativas de alcançar melhorias no bem-estar. Essa

3. No original: “[...] la oleada de gobiernos de izquierda y/o progresistas que tuvo lugar entre fines del siglo XX e inicio del XXI.”

tendência está estagnada ou recuando: o mundo do trabalho está cada vez mais precário e instável. (ECLAC, 2020a, p. 31 — tradução nossa)⁴

Segundo a CEPAL, em um relatório de janeiro de 2019, a América Latina continua sendo a região mais desigual do mundo, embora não a mais pobre. Com economias enfraquecidas, 30% dos seus 638 milhões de latino-americanos (210 milhões,) vivem na pobreza, e destes, 83,4 milhões são extremamente pobres. Já em 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu relatório sobre distribuição de renda na América Latina (2010), referia-se a essa região como a mais desigual do mundo (PNUD-PNUD, 2010).

Ainda em relatório conjunto da CEPAL e da OIT de 2019, a “queda do PIB estimada em 5,3% fará com que a taxa de desemprego suba de 8,1% em 2019 para 11,5% em 2020. Com o aumento de 3,4 pontos percentuais na taxa de desemprego, espera-se que a região tenha mais de 11,5 milhões de novos desempregados”. Ainda de acordo com esse relatório conjunto CEPAL/OIT, mais de 42% das ocupações latino-americanas são as mais ameaçadas, porque pertencem a setores econômicos de alto risco (comércio atacadista e varejo; reparação de veículos e motocicletas; indústrias de manufatura; serviços de alojamento e alimentos, atividades imobiliárias e serviços administrativos e de apoio). A diferenciação nas estruturas produtivas dos países da região explica o diferencial na composição das ocupações ameaçadas, uma vez que contém maior probabilidade de serem destruídas, especialmente no contexto da pandemia.

O relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2019, divulgado em dezembro de 2019, reitera a desigualdade que permeia a América Latina.

4. No original: “El aumento de la desigualdad se acompaña de la ruptura de los fundamentos del pacto social que la movilidad social había generado en muchos países, que había creado expectativas de lograr mejoras del bienestar. Esa tendencia está estancada o en retroceso: el mundo del trabajo es cada vez más precario e inestable.”

Nesta, os 10% mais ricos do continente concentram uma parcela maior da renda (37%), índice superior a qualquer outro lugar do planeta. E vice-versa: os 40% mais pobres recebem a menor parcela da riqueza social (13%). O relatório analisa a desigualdade além da renda, ou seja, considera áreas importantes ao longo da vida, tais como a saúde e a educação. Destaca, também, o papel fundamental da promoção do desenvolvimento da primeira infância, que exige investimentos na instalação de uma “estrutura política abrangente com diretrizes, ferramentas e normas nacionais”. A América Latina é tão desigual que uma mulher de um bairro pobre de Santiago do Chile nasce com uma expectativa de vida de 18 anos menor, se comparada com a que vive em outra área — mais privilegiada — da mesma cidade.

Da mesma forma, é possível estabelecer que a cultura do privilégio é uma característica das sociedades latino-americanas, desigualdades que se reproduzem em suas instituições. A evasão fiscal, por si só, por exemplo, causa uma perda média de 6,3% do PIB nos países da região, seis vezes mais do que os custos médios das políticas sociais expandidas nos últimos anos. O Estado, que até pouco tempo era considerado predominantemente como o centro dos problemas nacionais pela prescrição neoliberal, rapidamente tornou-se a condição necessária para sair da atual situação regressiva. No relatório conjunto da CEPAL e da OIT, a “queda do PIB estimada em 5,3% fará com que a taxa de desemprego suba de 8,1% em 2019 para 11,5% em 2020. Com o aumento de 3,4 pontos percentuais na taxa de desemprego, espera-se que a região tenha mais de 11,5 milhões de novos desempregados”. Além disso, a perda salarial está se expandindo, com maior presença de informalidade e trabalho por conta própria, sendo estas as mais perversamente afetadas. Cabe ainda lembrar que a atual onda viral, que exacerba esse quadro, é o resultado da forma degradante e predatória como o desenvolvimento capitalista explorou a natureza. As emissões de gases de efeito estufa, o desmatamento e as mudanças climáticas afetam todos os biomas, levando à crescente liberação de vetores que espalham doenças virais.

3. América Latina sob a égide do capital financeiro em tempos de pandemia

Para Husson (1999), o processo de financeirização indica uma forma de estruturar a economia mundial. Ele se limita à mera preferência de capital por aplicações financeiras especulativas em relação às produtivas. Os principais atores nesse processo são grupos industriais transnacionais e investidores institucionais (bancos, seguradoras, financiadores de investimento coletivo, fundos de pensão e fundos mútuos), que se tornam credores do Estado e acionistas das empresas que começam a agir independentemente deles (Chesnais, 1996, 1998 e 2000). É nesse contexto que se impõe a redução do padrão de vida do coletivo de trabalhadores, com o impulso efetivo dos Estados Nacionais, com impacto direto sobre o mundo do trabalho.

De um lado, a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, o chamado relaxamento da legislação de proteção ao trabalho, que enfraquece as formas de organização dos trabalhadores e sua resistência. Isso se soma à distribuição desigual da renda e à menor tributação dos altos rendimentos, o que significa que a carga tributária recai sobre a maioria dos trabalhadores.

Por outro lado, os investimentos em ações de empresas do mercado financeiro estão apostando nas expectativas de rentabilidade futura, interferindo silenciosamente nas políticas de gestão e redução do trabalho, na intensificação e no aumento da jornada de trabalho, no estímulo à concorrência entre os trabalhadores em um contexto recessivo, dificultando a organização sindical. Estimulam, com isso, o aumento da produtividade do trabalho com tecnologias de economia de mão de obra e a participação dos(as) trabalhadores(as) na realização dos objetivos empresariais com ampla regressão de direitos. Um exemplo disso são as massas de jovens mulheres que trabalham na “indústria maquilera” em El Salvador, Nicarágua, México e República Dominicana, que são submetidas a extenuantes jornadas de trabalho, baixos salários, impedimento à organização sindical e com ambientes laborais onde o assédio sexual foi relatado (REDCAM, 2014).

Esse complexo processo tem causado profundas metamorfoses no mundo do trabalho (Harvey, 1993; Alves, 2000; Antunes, 1997, 1999; BIHR, 1999; Santana; Ramalho, 2003). Como destaca Iamamoto,

[...] as crises propiciam questionamentos a respeito do futuro de nossas sociedades. São momentos de paradoxos, que desvelam limites e possibilidades nos quais eclodem vários tipos de alternativas — conservadoras, socialistas e anticapitalistas. Esses tempos de crise nos indagam e desafiam tanto ao nível da investigação quanto de respostas coletivas no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil (Iamamoto, 2018, p. 70).

Não podemos esquecer que essas mudanças resultantes da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, incluindo as inovações tecnológicas e computacionais, são de natureza regressiva e conservadora. Aprofundaram a precariedade do trabalho e sua subordinação à ordem de mercado, mudaram as bases dos sistemas de proteção social, desmantelaram os direitos sociais, civis e políticos, questionaram as políticas de proteção social do início do século XXI, especialmente aquelas que desenvolvem ações voltadas ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade.

Nessas condições históricas, a reorganização econômica e política da maioria dos países capitalistas, o surgimento de novas manifestações e expressões da “questão social”, a alteração das experiências contemporâneas nos sistemas de proteção social e os processos de (re)mercantilização dos direitos sociais, fortalecem a defesa da tese de que cada indivíduo é responsável pelo seu bem-estar, levando o Estado à defesa de alternativas privatistas que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral. A partir daí, a direita e suas propostas avançam por todo o continente. Tempos de crescimento do conservadorismo de traços fascistas e exposição da face hiperautoritária do neoliberalismo nos termos de Dardot e Laval (2016, p. 21), que afirmam que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo

que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. É um sistema que emprega “técnicas de poder sem precedentes sobre comportamentos e subjetividades”. Para Harvey, na mesma direção, o neoliberalismo mercantiliza ilimitadamente relações sociais. Esta situação é agravada pelo “[...] ingresso da chamada ‘nova direita’ na conjuntura internacional” em um processo de “exportação, do centro para a periferia [...] entendida como uma espécie de reação à emergência de um ciclo de governos progressistas na América Latina, no início do novo século” (Mello, 2018, p. 15).

O resultado é o surgimento de tempos obscurantistas com ataques ameaçadores contra a democracia e os direitos, tempos de regressão conservadora-reacionária que se expressa no avanço do irracionalismo, na defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, na perseguição de massas de imigrantes que se deslocam na região, na intensificação de preconceitos, do racismo, do feminicídio, da homofobia, da criminalização dos movimentos sociais, da financeirização da economia e de um forte impulso contra os trabalhadores, sua subjetividade, sua capacidade de organização e pressão representada pelos sindicatos, com o desmonte de seus direitos trabalhistas e a intensa privatização dos Estados e dos fundos públicos. Este processo viabiliza e objetiva o projeto empresarial do grande capital.

É nesse contexto que a financeirização se intensificou nas condições impostas pela histórica dependência latino-americana. Nesse cenário contraditório, governos progressistas assumiram os Estados na América Latina: Venezuela (Hugo Chaves — 1998), Bolívia (Evo Morales — 2006), no Equador (Rafael Correa — 2007), compondo o diverso bloco bolivariano; outras experiências diversas foram constituídas no Chile (Lagos e Bachelet — 2000 e 2006), no Brasil (Lula e Dilma — 2003 e 2011), na Argentina (Néstor e Cristina Kirchner — 2003 e 2007), no Paraguai (Fernando Lugo — 2008-2012) e no Uruguai (Vázquez-Mujica-Vázquez — Frente Ampla, Ampla, 2005-2019), na Nicarágua (Daniel Ortega — Frente Sandinista de Liberación Nacional -2007-2001); em El Salvador (Mauricio Funes, Frente Farabundo Martí para la Liberación

Nacional — 2009-2014); em Honduras (Manuel Zelaya, Partido Libertad y Refundación — 2006-2009); e em Costa Rica (Luis Guillermo Solís, Partido Acción Ciudadana — 2014-2018). Tais propostas foram tecidas tendo por base o pacto social e a conciliação das classes. Foi com base nesse processo contraditório e de crise estrutural do capital (aprofundada a partir de 2008) que esses mesmos governos foram gradualmente desarmados, pondo fim à política de conciliação de classes que a América Latina manteve nos primeiros anos do século XXI.

Alguns resultados dessas transformações sociais impostas pela ofensiva neoliberal são visíveis: a imensa concentração de riqueza e de poder junto com a tragédia da pobreza, da fome, do não acesso aos bens materiais e de outros direitos igualmente importantes, processo este que vem se expressando no crescimento das massas descartáveis, excedentes e desprotegidas em um contexto altamente desumano marcado pelo individualismo, pela competição e pela mercantilização das relações sociais, que reeditam formas de superexploração da força de trabalho no processo de produção do valor. Nesse contexto de mudanças globais, relacionadas ao capital fetiche, observamos que também se alteram a política e a sociabilidade com impactos — não sem resistências e disputas — nas múltiplas dimensões da vida, da cultura, da sociabilidade e da comunicação.

É também nesse contexto que, a partir de 2020, o continente latino-americano, sob o impacto da pandemia da covid-19, enfrenta as consequências e limites desse capitalismo financeirizado que busca se valorizar pela devastação do mundo do trabalho e da própria humanidade. Do ponto de vista da economia política, com a pandemia, este quadro agravou-se muito e suas consequências apontam para uma forte recessão: o Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentou a previsão de -3% de crescimento da economia, em sua versão mais otimista desde o impacto da crise de saúde na economia mundial; a Organização Mundial do Comércio (OMC) previu uma redução de 13% no fluxo do comércio mundial em 2020. Sem dúvida, um dos resultados dessa crise será um aumento significativo da desigualdade dentro e entre países. Para Marques e Depieri (2020, p. 1),

A pandemia, ao exigir a paralização das atividades, acabou afetando o mundo inteiro, mesmo antes de ela se fazer presente em todos os países. [...] E, nesse sentido, atuou como um segundo choque, destruindo empregos e renda, desfazendo laços contínuos de que se vale o mercado, nas relações entre empresas, sistemas financeiro e famílias.

Assim, nesses tempos de pandemia, sob o comando do capital financeiro, tem-se, no Continente Americano, massas crescentes de trabalhadores(as) informais, migrantes, desempregados(as) e, ao mesmo tempo, o avanço da concentração de renda e de riqueza numa íntima união entre bancos e indústrias que se sustenta na fusão de todos os tipos de propriedade de capital: empresas, bancos, comércio e serviços.

4. Considerações finais

Como já foi anunciado na introdução deste capítulo, os limites existentes nesta breve retomada histórica sobre a desapropriação e a resistência de nossa América articulam-se com a enorme diversidade dos povos latino-americanos e suas lutas pela vida. As estratégias coloniais e imperialistas têm reiterado, em tempos e caminhos diversos, a mesma coisa: a política da desapropriação, que também é a política da morte. A vida, por aqui, sempre encontra formas de resistir. Como argumentado nas páginas antecedentes, é verdade que vivemos hoje sob o implacável domínio da necropolítica, ainda que isso não seja novo nessas terras regadas pelo suor e sangue de nossos povos. Como aponta Silva (2021, p. 8),

A colonização do cone centro-sul-americano e do Caribe foi adensada pelos próprios espanhóis e pelos portugueses que dividiram suas posses na América Latina até a primeira metade do século XIX. É nesse contexto que povos e culturas aqui constituídos foram submetidos à força, vilipendiados, saqueados e dizimados. O colonialismo e a acumulação

originária do capital — ambos não situados apenas num passado distante — foram também aqui muito eficientes, seja para dividir povos nativos muito diversos, fragmentá-los para enfraquecê-los, seja para administrar a sangria desta parte da América associando convenientemente escravismo de nativos e negros, expropriação agrário-exportadora e produção voltada às zonas economicamente dominantes.

Da mesma forma, as conquistas, limitadas, mas operacionais, alcançadas pelo movimento operário em suas lutas durante grande parte do século XX, exigiram a política implacável das ditaduras militares, que não hesitaram em impor o programa neoliberal por meio da violência explícita. A contrarreforma dos anos 1980 e 1990 nunca poderia ter sido imposta sem antes dizimar o movimento operário.

Este capítulo tentou mostrar que a persistência em resgatar e reeditar a repressão e a morte, que a necropolítica que parece configurar uma forma macabra de retorno eterno, não podem ser confundidas como o destino inevitável de nossa América. Cada momento em que a repressão selvagem ao movimento popular aconteceu em nossa história, encontrou um movimento social cada vez mais maduro com a capacidade de recuperar sua tradição como uma experiência inestimável.

O atual império da necropolítica que busca se impor contra as importantes — ainda que limitadas — conquistas alcançadas pelos governos progressistas, está enfrentando um movimento capaz de unificar todas as lutas. A luta pela igualdade étnico-racial vem ao encontro dos movimentos de gênero que se articulam com a luta de classes, enriquecidas pela sua unidade. Hoje essa luta pode ser vista intensamente nas ruas do Brasil, do Chile e da Colômbia (dinamizadas pelas particularidades destas nações), bem como ficaram visíveis na Argentina, que foi governada por Mauricio Macri, e na Bolívia, até recentemente comandada pelo governo golpista de Jeanine Áñez, espalhando-se por toda a América Latina. Uma América Latina que hoje parece não estar satisfeita com miragens reformistas e se organiza para lutar por um continente definitivamente liberado. Não se trata, aqui, de estimular ilusões, mas de reafirmar possibilidades históricas concretas.

Referências

- AMARANTE, V.; JIMÉNEZ, J. Desigualdad, concentración y rentas altas en América Latina. In: Jiménez, J. (Editor). *Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina*. Santiago, Chile: CEPAL, 2015. p. 13-47.
- ANDERSON, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. *Crise e pandemia*. Transformações no trabalho e desafios profissionais. Aula inaugural — Pós-graduação Serviço Social PUC-SP em 19 abr. 2021.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARCENA, A. *Impacto económico y social del covid-19 y desafíos futuros para Centroamérica y República Dominicana*. Santiago, Chile: CEPAL, 2020.
- BENZA, G.; KESSLER, G. ¿Impactará la crisis del covid-19 en la Agenda social de América Latina? *Revista Nueva Sociedad*, 2020. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/impactara-la-tesis-de-covid-19-en-la-agenda-social-de-america-latina/>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BUSSO, M.; MESSINA, J. La crisis de la desigualdad: América Latina y el Caribe en la encrucijada. *Banco Interamericano de Desarrollo*. 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publications/spanish/document/La-tesis-de-la-desigualdad-America-Latina-y-el-Caribe-en-la-encrucijada.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- BENTATA, C.; PRAT, J.; RIPANI, L. *Informalidad laboral y coronavirus: una combinación desafiante*. 2020. Factor trabajo. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/trabajo/es/informalidad-laboral-y-coronavirus-una-combinacion-desafiante/>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BENTURA, J. P. Los Programas de Transferencia de Renta Condicionadas como gestión neoliberal de la cuestión social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 94-121, jan./mar. 2014.

CASTEL, R. *Las metamorfosis de la Cuestión Social*. Una crónica del salariado. Buenos Aires, Paidós. 1996.

COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

CEPAL. Enfrentar los efectos cada vez mayores del covid-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones. *Informe Especial covid-19*, n. 5. Santiago, Chile: Organización de Naciones Unidas, 2020.

CEPAL. *Construir un nuevo futuro*. Una recuperación transformadora con igualdad y sostenibilidad. Santiago, Chile: Organización de Naciones Unidas, 2020a.

CEPAL/OIT. El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (covid-19). *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, Santiago, n. 22, mayo 2020.

CORDERO, M. *Covid-19 desnudó incapacidad de los sistemas de salud centroamericanos*. Semanario Universidad. 1º jul. 2020. Disponível em: <https://semanariouniversidad.com/pais/covid-19-desnudo-incapacidad-de-los-sistemas-de-salud-centroamericanos/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DARDOT, P.; (CEPAL, 2020a, p. 31) LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, G. ¿Cuáles son las condiciones de Centroamérica para enfrentar la pandemia? *El mundo CR*. 22/04/2020. Disponível em: <https://www.elmundo.cr/mundo/cuales-son-las-condiciones-de-centroamerica-para-enfrentar-la-pandemia-del-coronavirus/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

DÍAZ ARIAS, D.; VIALES, HURTADO, R. Centroamérica: neoliberalismo y Covid19. Geopolítica(s). *Revista de estudios sobre espacio y poder*, n. 11 (Especial), p. 39-45, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwium-7L5pTtAhWKQjABHeHKDbwQFjAAegQIBxAC&url=https%3A%2F%2Frevistas.ucm.es%2Findex.php%2FGEOP%2Farticle%2Fdownload%2F69017%2F4564456553381%2F&usg=AOvVaw3VxfRpCW6BK8O2yEjT2RIY>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*. A nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1990.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FILGUEIRA, F. El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina, eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada. In: Roberts, B. (Editor). *Ciudadanía y Política social*. Costa Rica: Ed. Flecós, 1998.

GASPARINI, L.; CICOWIEZ, M.; SOSA, W. *Pobreza y desigualdad en América Latina*. Conceptos, herramientas y aplicaciones. Buenos Aires, Argentina: Temas Grupo Editorial, 2012.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2011.

GRASSI, E. et al. *Políticas Sociales*. Crisis y ajuste estructural. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1994.

HAYEK, F. *Camino de servidumbre*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

HENAO, L. El concepto de pandemia: debate e implicaciones a propósito de la pandemia de influenza de 2009. *Revista Gerencia, Política y Salud*, v. 9, n. 19, p. 53-68, julio-diciembre, 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiM7P7MutvsAhVjxFkKHYz1D88QFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.org.co%2Fpdf%2Frgps%2Fv9n19%2Fv9n19a05.pdf&usg=AOvVaw0uBrstj9Gh9i_gJRFhGAzn. Acesso em: 20 jan. 2022.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. Questão social e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 2018.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IGLESIAS, E. La búsqueda de un nuevo consenso económico en América Latina. *El legado de Raul Prebisch*. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, D.C., 1993.

INFORME CEPAL/OIT, 2019.

KESLER, G. *Controversias sobre la desigualdad: Argentina, 2003-2013*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LAVINAS, L. Na contramão dos Direitos Universais. Notas para reflexão. *Plataforma Social. Cadernos Temáticos 1. Política Social e Desenvolvimento: o Brasil entre dois projetos*. Instituto de Economia. Unicamp, outubro, 2012.

LÓPEZ, A.; RUÍZ, M. *ALC post covid-19: Retos y oportunidades para países de Centroamérica, Haití, México, Panamá, y República Dominicana*. 31/05/2020. Reliefweb Disponível em: <https://reliefweb.int/report/costa-rica/alc-post-covid-19-retos-y-oportunidades-para-pa-ses-de-centroam-rica-hait-m-xico>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MENDENHALL, E.; KOHRT, B.; NORRIS, S.; NDETEI, D.; PRABHAKARAN, D. *Sindemia: una nueva categoría que reúne lo social y lo biológico*. 07/05/2017. Intra Med. Disponível em: <https://www.intramed.net/contenido/ver.asp?contenido=90525>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARQUES, R. M. O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS, R. et al. *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

MARX, K. *El capital*. El proceso de producción del capital. Tomo I, Volumen 1, Libro primero. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

MEDINA, F. *Consideraciones sobre el índice de Gini para medir la concentración del ingreso*. Santiago, Chile: CEPAL, 2001.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MELLO, D. As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Niterói, 2017.

MIDAGLIA, C.; ANTIA, F. La izquierda en el gobierno: ¿cambio o continuidad en las políticas de bienestar social? *Rev. Urug. Cienc. Polít.*, Montevideo, v. 16, n. 1, p. 131-157, 2007.

NETTO, J. P. A ordem social contemporânea é o desafio central. In: 33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, 28/31 de agosto de 2006.

NETTO, J. P. A questão social na América Latina. In: GARCIA, M. L.; RAIZER, E. C. (org.). *A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano*. Vitória: Edufes, 2012.

NUN, J. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

NUÑEZ, M. Covid-19 el doble verdugo para trabajadores informales de Centroamérica. *Semanario Universidad*. 22/07/2020. Disponível em: <https://semanariouniversidad.com/pais/covid-19-el-doble-verdugo-para-trabajadores-informales-en-centroamerica/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

NUÑEZ, M. Centroamérica podría alcanzar indicadores de desempleo cercanos al 25%. *Semanario Universidad*, 09/09/2020. Disponível em: <https://semanariouniversidad.com/pais/centroamerica-podria-alcanzar-indicadores-de-desempleo-cercanos-al-25/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OLIVEIRA, F. *Brasil: uma autobiografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PAULANI, L. *Neoliberalismo, fascismo cultural e pandemia sem controle, em síntese trágica, devastam o país*, 2021. Disponível em: <https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/01/ledapaulani.jpg>. Acesso em: 15 jan. 2022.

POCHMANN, M. et al. *Trabalho na América Latina e a pandemia*. Campinas: Cesit, Instituto de Economia da Unicamp (Cesit/Unicamp), 2020.

POCHMANN, M.; OLIVEIRA, D. (org.) *A devastação do trabalho. A classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Positiva, 2020.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REDCAM. (2014). *Agenda de los derechos laborales de las mujeres trabajadoras de la industria maquiladora en Centroamérica*. Managua, Nicaragua: Red Centroamericana de Mujeres en Solidaridad con las Trabajadoras de la Maquila.

ROLNIK, S. *A nova modalidade de golpe de Estado: um seriado em três temporadas*, 2018. Blog. Outras Palavras, 2018.

SARAVI, G. Miradas recíprocas: representaciones de la desigualdad en México. *Revista Mexicana de Sociología*, México, D.F. Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales, v. 78, n. 3, p. 409-436, 2016.

SILVA, J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, v. 24, p. 7-19, 2021.

TORRES, K. *La precariedad del servicio de salud público de Nicaragua y Centroamérica. Confidencial*. 12/07/2020. Disponível em: <https://confidencial.com.ni/la-precariedad-del-sistema-de-salud-publico-de-nicaragua-y-centroamerica>. Acesso em: 12 jan. 2022./

WANDERLEY, L. E. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: CASTEL, R. *et al. Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2013.

WILLIAMSON, J. Una estrategia de desarrollo para América Latina en la década de 1990. *El legado de Raul Prebisch*. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, D.C., 1993.